

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

PDDI PARANAGUÁ
2007

VOLUME III
CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA
DO PDDI PARANAGUÁ
A PARTIR DA LEITURA
TÉCNICO-COMUNITÁRIA

CADERNO DE REUNIÕES
E PARTICIPAÇÃO POPULAR



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

PDDI PARANAGUÁ



Prefeitura Municipal
de Paranaguá



UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARANÁ



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	4
2	FASE DE DIAGNÓSTICO	7
2.1	Visitas Técnicas	8
2.2	Coleta de Dados	9
2.3	Reuniões com a Comunidade – Leitura Comunitária	9
2.4	Oficinas de Trabalho	18
3	FASE DE PROGNÓSTICO	19
4	FASE DE DESENVOLVIMENTO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS	21
5	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	23
5.1	1ª Audiência Pública	24
5.2	2ª Audiência Pública	24
5.3	3ª Audiência Pública	25
5.4	4ª Audiência Pública	25
5.5	5ª Audiência Pública	25
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
7	ANEXOS	29

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Premissas do PDDI Paranaguá.....	20
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Agenda de Regiões: Plano Diretor com a Comunidade.....	11
Quadro 2 - Diagnóstico temático Geral.....	12
Quadro 3 - Diagnóstico temático por grupos territoriais.....	13

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1 – Reunião Ilha do Amparo.....	15
Foto 2 – Reunião Ilha do Amparo.....	16
Foto 3 – Reunião Escola Municipal Arminda Pereira.....	16
Foto 4 – Reunião Escola Rural Municipal José Chemure.....	17
Foto 5 – Reunião Escola Municipal Tiradentes.....	17

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

1 INTRODUÇÃO

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

O Plano Diretor é um instrumento eminentemente político, cujo objetivo é o de dar transparência e democratizar a política urbana, ou seja, o Plano Diretor deve ser, antes de tudo, um instrumento de gestão democrática da cidade. Nesse sentido é importante salientar esses dois aspectos do plano: a transparência e a participação democrática.

Tornar públicas as diretrizes e prioridades do crescimento da cidade, de forma transparente, para a crítica e avaliação dos agentes sociais, é uma virtude básica de um bom plano diretor. A democratização efetiva do planejamento se dá pela participação da sociedade no processo.

Este **VOLUME III – Construção Participativa do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado pela Leitura Técnico-Comunitária – Caderno de Reuniões e Participação Popular**, apresenta toda a trajetória de trabalho da Prefeitura de Paranaguá e da equipe técnica FUNPAR/UFPR, reunindo informações sobre as diversas reuniões feitas com a sociedade parnanguara.

De acordo com as determinações do Estatuto da Cidade, a construção do Plano Diretor deve contemplar em sua elaboração a Gestão Democrática da Cidade, com a participação da população em todas as etapas do projeto: desde a sua concepção até a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos. Ainda, segundo o Estatuto da Cidade, essa participação deve ocorrer em todas as decisões de interesse público, garantindo a gestão democrática. Alguns instrumentos são imprescindíveis para o alcance dos objetivos, tais como: instituição de órgão de política urbana, debates, audiências públicas, consultas públicas, conferências, planos e projetos de lei de iniciativa popular, referendos e plebiscitos.

Seguindo essas diretrizes, a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá buscou alcançar participação popular em níveis significativos e, para tanto, foi adotada a metodologia de participação social de representação global e segmentada.

Na participação global tem-se como objetivo a participação de toda a população, através de reuniões, nas diversas regiões do município, com maior número de moradores. Tais reuniões serão divididas em duas etapas: (i) a primeira onde a comunidade local faz um levantamento dos problemas da cidade e de seus Bairros, sendo que estas reuniões foram efetuadas de acordo com grupos de bairros divididos em regiões com características semelhantes; (ii) na segunda etapa, de acordo com a mesma divisão por regiões ou grupos de bairros, os moradores foram convidados a participar do plano na elaboração de propostas e projetos, definindo, ainda, as prioridades de cada região da cidade.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

A legitimidade e a garantia da participação decisória está assegurada nas audiências públicas que foram realizadas ao final de cada etapa do projeto, totalizando o número de 5 (cinco) Audiências Públicas. Nessas audiências, com ampla divulgação por parte da Prefeitura Municipal de Paranaguá, a população votou democraticamente nas propostas apresentadas pela equipe técnica FUNPAR/UFPR, que compõe a equipe executora do Plano Diretor. Após a aprovação pública do Plano Diretor na 5ª Audiência Pública e feitos alguns ajustes pela equipe executora este ser encaminhado à Câmara Municipal de Paranaguá, para sua aprovação legal. Todo o processo foi acompanhado por uma equipe técnica e representantes da comunidade, os quais foram eleitos na primeira audiência pública. Esses representantes eleitos fazem parte do que se denomina de participação fragmentada, isto é, pessoas de diversos segmentos sociais da Cidade.

Vale ressaltar que em razão do desconhecimento, por parte da população, do que seja um Plano Diretor, fizeram ainda parte do trabalho de participação democrática, reuniões e palestras com todos os segmentos sociais, bem como entrevistas da equipe junto aos meios de comunicação local (rádios e jornais), com o objetivo de elucidar as questões referentes ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

2 FASE DE DIAGNÓSTICO

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

O diagnóstico tem como propósito conhecer profundamente o município em toda a sua área e em todos os seus setores de atuação e vivência e, a partir daí, ser referência para as diretrizes e propostas a serem formuladas e incluídas no Plano Diretor considerando a situação e as determinações do Estatuto da Cidade. Pretende-se com isto, promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, evitando e corrigindo as distorções decorrentes do processo de ordenamento territorial e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Assim, o objetivo geral do diagnóstico é o de orientar a definição de políticas públicas, assumindo papel gerenciador e responsável pela organização de todo o território, priorizando o desenvolvimento sustentável, o reconhecimento da função social da cidade e da propriedade urbana.

Para sua elaboração foram coletados dados e informação de acordo com os itens a seguir: visitas técnicas, coleta de dados e reuniões com a comunidade – leitura comunitária.

2.1 Visitas Técnicas

No período de novembro de 2005 a junho de 2006 foram efetuadas visitas técnicas ao Município de Paranaguá, agendadas na sua temática de acordo com a necessidade de cada etapa de elaboração do plano.

Inicialmente, para se efetuar o levantamento de dados e posteriormente desenvolver um diagnóstico sobre o município, foram feitas visitas técnicas às seguintes áreas:

- Área Urbana;
- Área Rural e Comunidades Rurais;
- Porto;
- Ilha dos Valadares;
- Comunidades Ribeirinhas.

Estas visitas foram feitas pelos técnicos que integram a equipe da FUNPAR/UFPR, na maioria das vezes, com o acompanhamento de técnicos da prefeitura e, dependendo do grau de complexidade, alguns locais estratégicos foram visitados mais de uma vez.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

2.2 Coleta de Dados

Paralelamente às visitas técnicas, também para a elaboração do diagnóstico, fez-se um levantamento de dados e informações baseado em: levantamentos documentais, leitura de trabalhos técnicos pré-existentes e de diferentes fontes bibliográficas e coleta de dados junto a órgãos competentes tais como EMATER, SUDERHSA, IAP, COLIT, MINEROPAR e a própria Prefeitura Municipal de Paranaguá e suas diversas secretarias.

As bases cartográficas foram adquiridas junto à Prefeitura Municipal, Pró-Atlântica (SEMA), MINEROPAR e UFPR.

2.3 Reuniões com a Comunidade – Leitura Comunitária

Nesta etapa de levantamento de dados e diagnóstico da situação atual do município, foram agendadas e realizadas as primeiras reuniões com as comunidades insulares, rurais e urbanas, cujo resultado foi um esboço do levantamento e diagnóstico *in loco* dos principais problemas da cidade.

A participação das associações de moradores de cada Bairro, nesta etapa do trabalho, foi determinante para obtenção das informações, utilizadas como base para o diagnóstico. Cabe lembrar que participação social não foi adotada somente porque determinada por lei, mas também e principalmente, porque é entendimento da equipe que ela é construída em processo educativo e sistemático de conversas, de visitas e de contato junto aos grupos e comunidades, para que daí emanem as principais decisões sobre a Cidade.

No **Quadro 1** apresenta-se a agenda das reuniões com data, horário, local e quais as comunidades e grupos participantes.

Feitas as reuniões, com coleta das informações prestadas pelos moradores, elaborou-se o diagnóstico temático geral, no qual foram obtidas não apenas as informações necessárias ao diagnóstico social, mas as questões apresentadas pelos moradores, agrupadas por assuntos. Este quadro permite perceber a importância de tratar a realidade de maneira integrada a partir dos estudos setoriais. Para os moradores, como realmente ocorre na vida cotidiana, a partes do real se apresentam entrelaçadas em um sistema de rede social, em que a modificação - ou não - de um aspecto da vida social, afeta todos os demais e, ao mesmo tempo, é afetada por eles.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Como parte do trabalho de pesquisa direta com a população, as informações foram organizadas por área territorial – Porto, aspectos históricos e de patrimônio, econômicos, ambientais, sociais, infra-estrutura e serviços, e demandas sociais – podendo verificar que os olhares e as experiências sobre os temas abordados em alguns casos são absolutamente contraditórios. Ou seja, o Porto, por exemplo, pode ser a solução para alguns grupos territoriais, enquanto para outros ser o foco (origem) de problemas. Esta informação é de suma importância porque é através dessas leituras parciais da realidade social que o município pode planejar suas ações visando maior cobertura com alto grau de eficácia e efetividade.

Como é possível perceber na agenda de reuniões, a cidade foi dividida por regiões, sendo que em algumas não houve reunião por falta de participação da população. Podemos destacar a reunião do dia 26/11/2205, observando que a escola onde ocorreria a reunião estava fechada e, depois de algum tempo de espera sem conseguir localizar os responsáveis, a reunião foi cancelada.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Quadro 1 - Agenda de Regiões: Plano Diretor com a Comunidade

DATA	HORÁRIO	LOCAL	REUNIÃO
21/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Ilha de Piaçaguera
21/11/2005	18:30	Escola Municipal Almirante Tamandaré Responsável: Marcos Aurélio Theodoro	Bairros participantes: Jd. América, Jd. Guaraituba, Santos Dumond, Asa Branca, Baixada Santos Dumond, São Vicente, Itiberê, Estradinha e Ponta do Caju.
22/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Ilha do Amparo
22/11/2005	18:30	Escola Municipal Randolpho Arzua Responsável: Antonio Carlos G. Klukiewiz	Bairros participantes: Beira Rio, Vila Guarani, Padre Jackson, Porto dos Padres, Vila Cruzeiro, Portuária, Vila Ruth, Becker, Serraria do Rocha, Rocio, Alboit, Guadalupe, Jardim Santa Rosa
23/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Europinha
23/11/2005	18:30	Escola Municipal Arminda Pereira Responsável: Thiago Hamilton R. Teodoro	Bairros participantes: Colônia Santa Rita, Vila do Povo, Vila São Carlos, Emboguaçu, Vila Santa Cecília, Jardim Iguacu, Vila Santa Helena
24/11/2005	14:00	Escola Rural Municipal José Chemure Responsável: Antonio Domingos dos	Colônias participantes: Maria Luiza, Pereira, Santa Cruz, Quintilha, etc.....
24/11/2005	14:00	Escola Municipal Tiradentes Responsável: Nilson Cordeiro	Bairros participantes: Alexandra, Quilômetro 19, Rio das Pedras, Morro Inglês, etc.....
24/11/2005	18:30	Escola Municipal Prª Roseclair da Silva Responsável: Érickson Torres Lagos	Bairros participantes: Jd. Esperança, Vila Garcia, Vale do Sol, Ouro Fino, Jd. Paraná, Porto Seguro, Jd. Paranaguá, Cjto. Cominese, Vila dos Comerciantes, Cjto. Nilson Neves, Costa Sul, Bertioga, Parque Agari, Labra, Casa da Família, CAIC, Divinéia, Samambaia, Parque São João. Jardim Jacarandá
25/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Ilha de Eufrasina : foi cancelada mau tempo
25/11/2005	19:00	Escola Municipal Graciela Dias Responsável: João Carlos	Ilha dos Valadares
26/11/2005	14:00	Escola Municipal Luiz Vaz de Camões Responsável: Luiz César Paiffer	Bairros participantes: Costeira, Oceania, Centro Histórico, João Gualberto, 29 de Julho, Campo Grande, Alto São Sebastião, Industrial, Vila Horizonte, Jd. Figueira, Bockmam, Palmital, Alvorada, Eldorado, Correia Velho

As atas e listas de presença dessas reuniões podem ser apreciadas no **Anexo 02**.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Quadro 2 - Diagnóstico temático Geral

Temas	O que tem	O que falta	Observações
Porto	Geração de emprego	Vínculo com a Cidade Melhores empregos.	Não há cursos de qualificação para atividades do Porto
Aspectos históricos e de Patrimônio	Casas velhas, e outros espaços.	Reformas, atividades Culturais. Trabalhos valorizando a história de Paranaguá	Falta valorização de Patrimônio e da história da cidade
Aspectos Econômicos	Agro-industria Pesca Comércio e Serviços	Investimento Compatibilizar Leis Ambientais com possibilidade de Geração de emprego.	Ilhas e Colônias com problemas graves na área social causados pela dificuldade de geração de renda
Aspectos Ambientais	Grandes áreas protegidas por Leis Ambientais	Compatibilizar Leis Ambientais e Desenvolvimento Social	Área Rural comprometida e sem capacidade de desenvolvimento o que compromete todas as
Aspectos Sociais	Educação Municipal de 1ª. a 4ª. Saúde Ação Social e Criança Cultura Habitação Segurança	Educação de 5ª. a 8ª. e ensino médio Estrutura para escolas integrais. Organizar toda a rede de atendimento básico. Falta organização das demanda Creches. Integração junto às outras atividades educativas e Sociais da cidade Estrutura habitacional municipal Com sérios problemas de ocupação desordenada em áreas de restrição Ambiental Posto policial e policiais nos Bairros	Demanda estadual Falta de comunicação entre as Secretárias, para melhor utilização dos recursos, pessoais e econômicos. Serviços deficitários, sem coordenação entre as diversas secretarias e a população. Casas em sub-condições de habitação, Insalubre. Demanda estadual
Infra-Estrutura e Serviços	Abastecimento de água Energia Elétrica Sistema Viário e Transporte	Sistema de esgoto, Falta atendimento de serviços básicos a população em situação de risco Desordenado.	Não tem sistema de esgoto, o que pressiona o sistema de água pluvial. Provocando graves problemas de enchente e alagamento habitacional.
Demandas Sociais	Os Serviços não atende a demanda	Integração entre serviços municipais e comunidade, ampliação dos atendimentos de serviços emergenciais.	Grave problema com sistema de coleta de lixo, que acaba por pressionar outros serviços municipais.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Quadro 3 - Diagnóstico temático por grupos territoriais.

Temas	P. Ribeirinha	Colônias	Bairros de Paranaguá
Porto	Só prejudica a vida da comunidade	Importante	Não há cursos de qualificação para atividades do Porto, Vínculo com a Cidade
Aspectos históricos e de Patrimônio	Casas velhas, e outros espaços.	Trabalhos valorizando a história de Paranaguá	Falta valorização de Patrimônio e da história da cidade Reformas, atividades Culturais.
Aspectos Econômicos	Compatibilizar Leis Ambientais com possibilidade de Geração de emprego.	Ilhas e Colônias com problemas graves na área social causados pela dificuldade de geração de renda	Investimento Compatibilizar Leis Ambientais com possibilidade de Geração de emprego.
Aspectos Ambientais	Grandes áreas protegidas por Leis Ambientais	Área Rural comprometida e sem capacidade de desenvolvimento o que compromete todas as atividades sociais	Compatibilizar Leis Ambientais e Desenvolvimento Social
Aspectos Sociais	Falta organização das demandas sociais	Educação de 5 ^a . a 8 ^a . e ensino médio	Demanda estadual
	Creches.	Estrutura para escolas integrais.	Falta de comunicação entre as Secretarias, para melhor utilização dos recursos, pessoais e econômicos.
	Educação de 5 ^a . a 8 ^a . e ensino médio Organizar toda a rede de atendimento básico à saúde	Organizar toda a rede de atendimento básico à saúde.	Serviços deficitários, sem coordenação entre as diversas secretarias e a população.
	Estrutura habitacional municipal com sérios problemas de ocupação desordenada em áreas de restrição Ambiental	Integração junto às outras atividades educativas e Sociais da cidade	Casas em sub-condições de habitação, ambiente insalubre.
	Demanda estadual	Demanda estadual	Demanda estadual de Educação
		Áreas de restrição Ambiental.	Posto policial e policiais nos Bairros
			Integração junto às outras atividades educativas e Sociais da cidade
Infra-Estrutura e Serviços		Transporte	Não tem sistema de esgoto, o que pressiona o sistema de água pluvial. Provocando graves problemas de enchente e alagamento habitacional.
	Energia Elétrica	Sistema de esgoto,	Estrutura habitacional municipal com sérios problemas de ocupação desordenada em áreas de restrição Ambiental
	Sistema Viário e Transporte	Falta atendimento de serviços básicos a população em situação de risco	Demanda estadual
	Desordenado.		
Demandas Sociais	Os Serviços não atende a demanda	Integração entre serviços municipais e comunidade, ampliação dos atendimentos de serviços emergenciais.	Grave problema com sistema de coleta de lixo, que acaba por pressionar outros serviços municipais.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Como se observou, as divisões apresentadas nos Quadros 2 e 3 são apenas didáticas, pois os temas sociais, econômicos ou ambientais constituem uma rede onde não é possível resolver apenas um dos problemas isoladamente e somente com políticas públicas amplas e integradas será possível atender, mesmo que em parte, o conjunto das demandas emergenciais da população.

Para as Ilhas (também aqui incluídas áreas continentais cujo acesso só é possível de barco – Comunidades Insulares) e Colônias, os problemas quase sempre estão relacionados à maneira como se relacionam com o meio ambiente, de onde tiram sustento *in natura* ou o utilizam como base da renda monetária. Aqui, o tema recorrente da educação está relacionado à falta de acesso aos serviços de educação e saúde.

Nas reuniões com a comunidade destacam-se aspectos importantes relacionados às dificuldades de encontrar trabalho, o que interfere diretamente na renda do morador mais pobre e, indiretamente, no desenvolvimento mais harmônico da cidade, na medida em que a exigüidade de um mercado consumidor limita o desenvolvimento do comércio e de serviços. Destaca-se a questão da falta de cursos técnicos e profissionalizantes para que a população local possa se especializar para atender às exigências do mercado no município, principalmente com relação a profissões voltadas às atividades do Porto.

Outros temas relacionados diretamente a administração pública tratam de atividades da Fundação Municipal de Cultura e Lazer, onde a alegação dos participantes das reuniões é a da inexistência ou precariedade de espaços para a prática de atividades esportivas e recreativas.

Porém, ao procurar as secretarias municipais responsáveis pelas diversas atividades citadas acima percebeu-se que vários programas estão sendo desenvolvidos. A questão é que tais programas não atendem à totalidade das demandas sociais, ao mesmo tempo em que alguns não têm adesão, por falta de comunicação entre poder público e cidadãos.

No que concerne às políticas de segurança pública, educação e saúde, apenas as de educação satisfazem as demandas sociais. No outro extremo, o maior grau de insatisfação manifestada nas reuniões foi com relação aos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Em relação aos órgãos representativos, os Conselhos são apresentados como ainda em fase de estruturação; as associações de moradores têm grande inserção política, mas ainda dependem das ações do poder público, apresentando carência de infra-estrutura e organização interna, de forma a fortalecer seu poder representativo.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Quanto aos bairros de Paranaguá, falta integração no conjunto de informações, bem como carecem de articulação entre eles, especialmente para fazer reivindicações de interesse das suas comunidades. Já as comunidades insulares e as comunidades rurais não têm integração nem com o núcleo central do município nem com os bairros. Isso faz com que o quadro das demandas deva ser analisado separadamente – área urbana, área rural e comunidades insulares – pois cada uma dessas áreas tem suas especificidades e demandas.

Aspecto importante a salientar é que tais problemas já foram citados em alguns documentos de pesquisas publicados tais como: *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: Diagnóstico* e *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: Subsídios à Ação*, ambos organizados por Renato Eugenio de Lima e Raquel R.B. Negrelle e publicado pela Editora da Universidade Federal do Paraná. Tal exemplificação de trabalhos sobre Paranaguá mostra o caráter histórico dos problemas sociais, ambientais, territoriais e estruturais de Paranaguá.

A experiência de ouvir a população, deixando-a falar sobre suas condições sociais como moradores do município de Paranaguá, é de extrema importância, devendo tais vozes serem ouvidas e reproduzidas integralmente, pois é a partir delas que se pode pensar em políticas sociais que melhor atendam suas demandas.

Foto 1 – Reunião Ilha do Amparo



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Foto 2 – Reunião Ilha do Amparo



Foto 3 – Reunião Escola Municipal Arminda Pereira



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Foto 4 – Reunião Escola Rural Municipal José Chemure



Foto 5 – Reunião Escola Municipal Tiradentes



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

2.4 Oficinas de Trabalho

As Oficinas de Trabalho são reuniões internas da equipe FUNPAR/UFPR, onde cada especialista apresenta as questões referentes a sua área.

Para a fase de diagnóstico, cada consultor preparou um relatório que foi apresentado para toda a equipe, após discussões e com base nos dados quantitativos e qualitativos coletados, os temas levantados e suas inter-relações compuseram o VOLUME I – Análises Temáticas e Diagnóstico.

Estas Oficinas de Trabalho continuarão ocorrendo até o final do desenvolvimento do PDDI Paranaguá nas dependências da UFPR.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

3 FASE DE PROGNÓSTICO

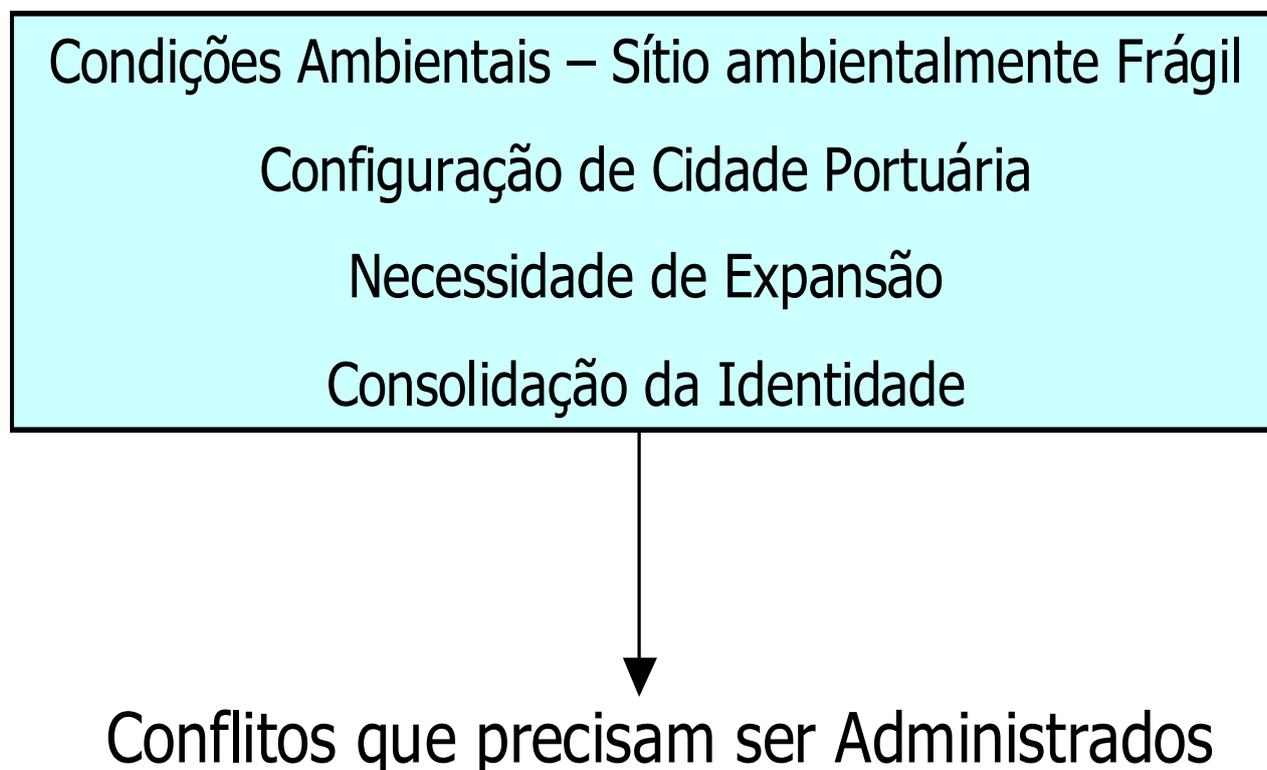
Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Após o diagnóstico, são formulados indicadores de reforço ou contenção de tendências apresentadas pela análise das informações obtidas. Esses indicadores, ou premissas como foi definido para este plano, foram determinados juntamente pelos técnicos das Secretarias Municipais da Prefeitura de Paranaguá e pela equipe técnica FUNPAR/UFPR, e consolidados em reuniões com o Grupo Técnico Municipal (GTM), Núcleo do Plano Diretor (NPD) e Câmara de Vereadores.

Nesta fase, são discutidas as possibilidades e condições do Plano Diretor em se tornar norma legal e/ ou programática. Além de poder tornar-se lei, o Plano Diretor deve traçar diretrizes de ação para solucionar os problemas detectados. Mais que um sistema de normas, o Plano Diretor fornece orientação e mecanismos para os tomadores de decisão.

As Atas das Oficinas de Trabalho, Reuniões com o GTM e com NPD, assim com a lista de presentes em cada uma delas, podem ser consultadas nos anexos deste relatório.

Figura 1 Premissas do PDDI Paranaguá



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

4 FASE DE DESENVOLVIMENTO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Com base nas avaliações efetuadas, foram elaboradas diretrizes e propostas para as ações ambientais, sócio-econômicas, sócio-espaciais e de infra-estrutura e serviços públicos, contemplando intervenções para prazo imediato, curto, médio e longo prazos. Há também a proposta de adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Paranaguá visando à implementação do Plano Diretor, a gestão do desenvolvimento municipal e a necessária atualização permanente.

Esta fase compreendeu 2 etapas. Na primeira, foram elaboradas diretrizes e propostas parciais, que levadas a discussão na 3ª Audiência Pública. Na segunda etapa, os resultados das discussões com a comunidade foram integrados às propostas. Esta consolidação das diretrizes e propostas foi apresentada na 4ª e 5ª Audiência Pública.

Como consequência de todos os estudos e análises das fases anteriores, com a plena participação da população, da sociedade organizada e dos técnicos da Prefeitura de Paranaguá, foram definidas as diretrizes e suas respectivas propostas, que são parte integrante do VOLUME III – Diretrizes, Propostas e Planos de Ações e Investimentos.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

5 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS¹

¹ As atas das Audiências Públicas estão disponíveis na Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

O Município de Paranaguá efetuou 5 (cinco) audiências públicas durante o processo de elaboração do Plano Diretor. As audiências foram organizadas pela Prefeitura Municipal, com total apoio da equipe técnica da FUNPAR/UFPR.

As Audiências Públicas, previstas no Estatuto da Cidade como fundamentais para o desenvolvimento do processo participativo de construção do Plano Diretor, são abertas ao público em geral: comunidade, sociedade organizada e órgãos públicos.

Estas audiências têm por finalidade a democratização das decisões, que devem ser definidas em conjunto com a população.

5.1 1ª Audiência Pública

A 1ª Audiência Pública do PDDI Paranaguá foi realizada no dia 05 de outubro de 2005, dando início aos trabalhos de concepção do PDDI Paranaguá. Nesta ocasião foram apresentadas pela equipe técnica FUNPAR/UFPR as informações iniciais sobre a constituição de um Plano Diretor e sua obrigatoriedade definida através do Estatuto da Cidade.

Nesta audiência publica foram criados os grupos de trabalho que compõe o GTM (Grupo Técnico Municipal) formado por técnicos da Prefeitura Municipal; e o NPD (Núcleo do Plano Diretor) formado por representantes da comunidade e sociedade civil organizada.

A população presente recebeu um folheto com algumas explicações sobre a importância de sua participação para a elaboração e implementação do Plano Diretor Municipal.

A Pauta e quadros apresentados nesta Audiência Pública podem ser encontrados no *Anexo 05*.

5.2 2ª Audiência Pública

A 2ª Audiência Pública do PDDI Paranaguá foi realizada no dia 14 de dezembro de 2005, após a etapa de avaliação integrada e diagnóstico. Nesta ocasião foram apresentadas pela equipe técnica FUNPAR/UFPR os dados e as informações coletados, assim como o Diagnóstico definido a partir da análise dessas informações. O Diagnóstico foi apresentado por temas pelos consultores especialistas.

A pauta, o material de apresentação e a Ata desta Audiência Pública podem ser encontradas no *Anexo 05*.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

5.3 3ª Audiência Pública

A 3ª Audiência Pública do PDDI Paranaguá foi realizada no dia 10 de maio de 2006. Nesta ocasião foram apresentadas pela equipe técnica FUNPAR/UFPR as diretrizes definidas a partir do prognóstico desenvolvido a partir do diagnóstico e em conjunto com a comunidade e os técnicos das Secretarias Municipais do Município de Paranaguá.

A pauta, o material de apresentação e a lista de presentes desta Audiência Pública podem ser encontradas no *Anexo 05*.

5.4 4ª Audiência Pública

A 4ª Audiência Pública do PDDI Paranaguá foi realizada no dia 20 de setembro de 2006. Nesta ocasião foram apresentadas pela equipe técnica FUNPAR/UFPR as propostas de Macrozoneamento, Zoneamento Urbano preliminar e Zoneamento Ecológico-Econômico, assim como as propostas para o Sistema Viário.

A pauta, o material de apresentação, a lista de presentes e os questionamentos desta Audiência Pública podem ser encontradas no *Anexo 05*.

No material de apresentação do anexo citado encontra-se, em seus painéis iniciais, um resumo das informações apresentadas nas audiências públicas anteriores.

5.5 5ª Audiência Pública

A 5ª Audiência Pública ocorreu no dia 13 de dezembro de 2006, onde foram apresentadas as propostas complementares e o detalhamento do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Nesta audiência pública foram apresentados os produtos de cada etapa de trabalho e o detalhamento de algumas propostas do PDDI. Ainda nesta audiência, o PDDI Paranaguá foi aprovado pela população e representantes de órgãos e instituições presentes.

Ficou definido nesta audiência que, após o término dos trabalhos, todo o material resultante do processo de planejamento deverá ser disponibilizado ao público para consultas pela Prefeitura Municipal.

A pauta e o material de apresentação desta Audiência Pública podem ser encontradas no *Anexo 05*.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

No material de apresentação do anexo citado encontra-se, em seus painéis iniciais, um resumo das informações apresentadas nas audiências públicas anteriores.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

A elaboração do PDDI Paranaguá está em fase final. O trabalho iniciado em outubro de 2005, será, a partir de agora, compilado e transformado em projetos de lei que serão encaminhados à Câmara de Vereadores, para análise e votação.

Vale dizer que sem a aprovação do Plano Diretor, devidamente legitimado pela participação popular, os demais instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e que conferem função social à propriedade e à cidade não possuirão legitimidade. Sua ausência no cenário da cidade impossibilita o cumprimento da meta traçada pela Constituição e regulamentada pelo Estatuto que é a de conferir a todos uma cidade dotada de função social.

Entretanto a conclusão da proposta e a aprovação pelo Poder Legislativo não significarão o fim do trabalho. O planejamento urbano deve se constituir num processo permanente, abrangendo, por exemplo, tarefas de avaliação da execução do plano e estudos sobre a necessidade de sua atualização, assegurando o enquadramento das alterações nas suas diretrizes básicas, mantendo a coerência do conjunto das normas. Para isto é de fundamental importância o fortalecimento da equipe técnica permanente no âmbito da Prefeitura que terá a incumbência de ajustar os princípios norteadores do Plano aos interesses da coletividade.

O presente volume auxiliará os vereadores e técnicos da prefeitura a entenderem o processo participativo e os aspectos estratégicos de construção do PDDI Paranaguá.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

7 ANEXOS

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá

Os Anexos deste Volume serão apresentados em caderno separado de nome VOLUME III – Anexos e são eles:

Anexo 01 – Portaria nº700 - Instituição do Grupo Técnico Municipal (GTM);

Anexo 02 – Memórias das Oficinas de Trabalho;

Anexo 03 – Reuniões Grupo Técnico Municipal, Núcleo do Plano Diretor e dirigentes municipais;

Anexo 04 – Reuniões Setoriais;

Anexo 05 – Audiências Públicas;

Anexo 06 – Reuniões com a Comunidade – Leitura Comunitária;

Anexo 07 – Publicidade.